

Entendendo Trump pelo Passado: as tradições presidenciais que movem o trumpismo

Danilo Porfírio de Castro Vieira¹

RESUMO

O artigo analisa as matrizes históricas do trumpismo a partir de uma abordagem histórico-institucional e comparativa da Presidência dos Estados Unidos. Parte-se da hipótese de que as referências históricas mobilizadas por Donald Trump para construir sua identidade política não correspondem integralmente às tradições presidenciais que apresentam maior convergência com suas práticas de governo. Nesse sentido, Andrew Jackson, Abraham Lincoln e Ronald Reagan constituem referências simbólicas associadas, respectivamente, à mobilização popular e à soberania nacional, à unidade constitucional e à grandeza da República, e à continuidade do conservadorismo republicano. Em contrapartida, as experiências presidenciais de Grover Cleveland, William McKinley e Theodore Roosevelt oferecem elementos relevantes para compreender dimensões estruturais do trumpismo, especialmente o retorno presidencial após mandatos não consecutivos, o nacionalismo econômico, o emprego das tarifas alfandegárias como instrumento de política industrial e afirmação geopolítica, e o fortalecimento do Poder Executivo. A investigação fundamenta-se na análise comparativa de discursos presidenciais, documentos oficiais e literatura especializada sobre a história política e institucional norte-americana. Sustenta-se que o trumpismo não representa uma ruptura absoluta com a tradição presidencial dos Estados Unidos, mas uma recomposição seletiva de suas heranças históricas, adaptadas às condições políticas, econômicas e estratégicas do século XXI.

Palavras-chave: Donald Trump; trumpismo; Estados Unidos; nacionalismo

¹ Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), mestrado em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003), doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2018) e Pós-doutorado em Filosofia, Ciências e Letras (Letras Orientais) pela Universidade de São Paulo, em Relações Internacionais pelo IPPRI - Santiago Dantas (Unicamp, PUC/SP, UNESP - 2025) e em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (UFPE /2025). Foi Diretor do Centro de Formação em Controle Interno da Controladoria Geral do Município de São Paulo, foi Gerente Jurídico do Aeroporto Internacional de Guarulhos (GRU) e atualmente é Secretário Parlamentar Especial/Assessor Jurídico do Deputado Estadual Tomé Abduch (ALESP). Professor do Laboratório de Estudos sobre o Oriente Médio (LEOM), do Instituto de Estudos Avançado em Relações Internacionais "Maria Quitéria" e professor licenciado do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

ABSTRACT

This article analyses the historical roots of Trumpism from a historical-institutional and comparative perspective on the US Presidency. It is based on the hypothesis that the historical references drawn upon by Donald Trump to construct his political identity do not fully correspond to the presidential traditions that most closely align with his governing practices. In this regard, Andrew Jackson, Abraham Lincoln and Ronald Reagan constitute symbolic references associated, respectively, with popular mobilisation and national sovereignty, constitutional unity and the greatness of the Republic, and the continuity of Republican conservatism. By contrast, the presidential tenures of Grover Cleveland, William McKinley and Theodore Roosevelt offer relevant insights into the structural dimensions of Trumpism, particularly the return to the presidency following non-consecutive terms, economic nationalism, the use of customs tariffs as an instrument of industrial policy and geopolitical assertiveness, and the strengthening of the Executive Branch. The research is based on a comparative analysis of presidential speeches, official documents and specialist literature on American political and institutional history. It is argued that Trumpism does not represent a complete break with the presidential tradition of the United States, but rather a selective reworking of its historical legacies, adapted to the political, economic and strategic conditions of the 21st century.

Keywords: Donald Trump; Trumpism; United States; nationalism

INTRODUÇÃO

Poucos fenômenos políticos contemporâneos suscitaram tantas interpretações históricas quanto a ascensão e a consolidação de Donald J. Trump na política norte-americana. Desde sua vitória eleitoral em 2016, o debate acadêmico passou a investigar em que medida o trumpismo representa uma ruptura com a tradição constitucional dos Estados Unidos ou, ao contrário, uma reinterpretação de matrizes presidenciais já presentes ao longo da história republicana. Longe de constituir mera curiosidade historiográfica, essa questão possui relevância teórica, pois compreender as tradições políticas que informam determinada liderança significa compreender a racionalidade que orienta suas escolhas institucionais, econômicas, diplomáticas e constitucionais (SKOWRONEK, 1993; NEUSTADT, 1990).

A literatura especializada tem identificado Donald Trump, predominantemente, como herdeiro da tradição jacksoniana. Walter Russell Mead (2001;

2017), ao sistematizar as principais escolas da política externa americana, descreve o legado de Andrew Jackson como caracterizado pelo nacionalismo popular, pela desconfiança em relação às elites políticas, pela defesa da soberania nacional e pela valorização da força como instrumento de proteção dos interesses americanos. Não surpreende, portanto, que Trump tenha reiteradamente exaltado Jackson em discursos públicos, determinado a instalação de seu retrato em posição de destaque no Salão Oval e visitado sua residência histórica durante os primeiros meses de seu primeiro mandato, convertendo-o em símbolo político de sua administração.

No mesmo sentido, Ronald Reagan ocupa posição privilegiada na construção da identidade discursiva do trumpismo. O resgate do lema *Make America Great Again*, originalmente utilizado na campanha presidencial republicana de 1980, a defesa da redução da carga tributária, a valorização do empreendedorismo, o fortalecimento das capacidades militares e a exaltação do excepcionalismo americano aproximam Trump do imaginário político consolidado durante a chamada Revolução Reagan. Abraham Lincoln, por sua vez, aparece frequentemente como referência moral e institucional, associado à preservação da União, à grandeza histórica da República e à liderança transformadora que Trump afirma pretender exercer.

Essas aproximações encontram sólido respaldo no plano simbólico e retórico. Todavia, a presente investigação parte da premissa de que referências discursivas não necessariamente coincidem com as matrizes históricas que efetivamente orientam o exercício do poder. A tradição presidencial norte-americana demonstra que presidentes frequentemente mobilizam figuras históricas como instrumentos de legitimação política, enquanto suas escolhas administrativas, econômicas e institucionais aproximam-se de experiências presidenciais distintas.

É precisamente nesse ponto que se identifica uma lacuna na literatura contemporânea. Embora numerosos estudos examinem o trumpismo sob a perspectiva do populismo, do conservadorismo ou do chamado *jacksonianismo*, observa-se reduzida atenção às convergências existentes entre o padrão governamental de Donald Trump e as administrações de Grover Cleveland, William McKinley e Theodore Roosevelt. Essa ausência torna-se ainda mais relevante diante da crescente frequência com que Trump passou a mencionar William McKinley em pronunciamentos oficiais, especialmente durante sua campanha de 2024 e nos discursos inaugurais de seu segundo mandato, atribuindo-lhe papel decisivo na construção da prosperidade econômica americana por meio da política tarifária e da proteção da indústria nacional.

A hipótese desenvolvida neste artigo consiste em sustentar que as referências históricas reivindicadas por Donald Trump cumprem função predominantemente simbólica, ao passo que suas políticas públicas, sua concepção do Poder Executivo e sua estratégia de governo apresentam convergências estruturais significativamente mais intensas com as administrações de Grover Cleveland, William McKinley e Theodore Roosevelt.

William McKinley manifesta-se na centralidade conferida às tarifas alfandegárias, ao nacionalismo econômico, à reindustrialização e ao emprego da política comercial como instrumento de afirmação geopolítica (MERRY, 2017). Grover Cleveland oferece não apenas o precedente institucional do retorno presidencial após mandatos não consecutivos, mas também paralelos relevantes quanto à reconstrução de coalizões políticas, ao discurso de restauração administrativa e à retomada da confiança eleitoral. Theodore Roosevelt, por sua vez, aproxima-se de Trump na valorização de uma Presidência politicamente ativa, na personalização da liderança, na centralização decisória, na utilização intensa da opinião pública como instrumento de governo e na defesa de uma política externa orientada pela afirmação do interesse nacional (GOULD, 2001; BRANDS, 2005).

Não se pretende afirmar, evidentemente, que Donald Trump reproduza integralmente qualquer dessas experiências históricas. Cada Presidência constitui resposta singular às circunstâncias políticas, econômicas e sociais de sua época. A proposta deste estudo consiste, antes, em identificar padrões de continuidade institucional, afinidades programáticas e convergências de racionalidade governamental capazes de iluminar a compreensão do fenômeno político denominado trumpismo.

Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem histórico-institucional e comparativa, examinando fontes primárias, especialmente discursos presidenciais, mensagens oficiais, ordens executivas e documentos governamentais, em diálogo com a literatura clássica sobre liderança presidencial, desenvolvimento institucional da Presidência norte-americana e história política dos Estados Unidos (NEUSTADT, 1990; SCHLESINGER JR., 1973; SKOWRONEK, 2008). A análise será estruturada a partir de seis eixos comparativos: (i) concepção do Poder Executivo; (ii) política econômica e fiscal; (iii) política comercial e industrial; (iv) nacionalismo e identidade americana; (v) política externa; e (vi) construção da liderança presidencial.

Sustenta-se, ao final, que o trumpismo não pode ser explicado adequadamente por uma única tradição presidencial. Trata-se de uma síntese política complexa, na qual

Andrew Jackson fornece a gramática da mobilização popular; Abraham Lincoln oferece a simbologia da unidade nacional; Ronald Reagan representa a ponte com o conservadorismo republicano contemporâneo; enquanto Grover Cleveland, William McKinley e Theodore Roosevelt constituem as matrizes históricas que melhor explicam a configuração institucional, econômica e estratégica do governo Trump. Compreender Trump pelo passado significa, portanto, reconhecer que sua Presidência se insere em um processo mais amplo de reinterpretação das tradições constitucionais americanas, revelando a permanência de ideias políticas que atravessam diferentes momentos da história dos Estados Unidos.

1. ESTADO DA ARTE E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A produção acadêmica dedicada à Presidência de Donald J. Trump tem buscado identificar as matrizes históricas e intelectuais que orientam sua atuação política, tanto sob a perspectiva da política interna quanto da política externa. Nesse contexto, consolidou-se, especialmente após as eleições de 2016, um entendimento segundo o qual o trumpismo representaria uma reatualização da tradição política inaugurada por Andrew Jackson, marcada pelo nacionalismo popular, pela crítica às elites políticas, pela valorização da soberania nacional e pela defesa de uma Presidência forte (MEAD, 2001; MEAD, 2017).

Essa interpretação encontra respaldo não apenas na literatura, mas também na própria construção simbólica realizada por Donald Trump. Durante seu primeiro mandato, o Presidente promoveu Andrew Jackson como uma de suas principais referências históricas, destacando seu retrato no Salão Oval e evocando reiteradamente sua liderança em discursos oficiais. Em paralelo, Ronald Reagan passou a ocupar posição igualmente relevante no imaginário do trumpismo, sobretudo em razão da defesa do conservadorismo econômico, da redução da carga tributária, do fortalecimento militar e da recuperação do ideal de grandeza nacional sintetizado no lema *Make America Great Again* (BRANDS, 2018; HEMMER, 2022). Abraham Lincoln, por sua vez, é frequentemente mencionado por Trump como paradigma da unidade nacional, da preservação da União e da grandeza institucional da República americana (GOODWIN, 2005).

Esses elementos levaram parte significativa da literatura a interpretar o trumpismo como resultado da convergência entre o legado jacksoniano, o

conservadorismo reaganiano e a dimensão simbólica representada por Abraham Lincoln (MEAD, 2017; HEMMER, 2022).

Entretanto, a análise da literatura específica sobre William McKinley, Theodore Roosevelt e Grover Cleveland revela um aspecto ainda pouco explorado. Robert W. Merry (2017) demonstra que McKinley consolidou uma estratégia de desenvolvimento baseada na proteção da indústria nacional, na utilização das tarifas alfandegárias como instrumento de fortalecimento econômico e na projeção internacional dos interesses americanos. H. W. Brands (2005) e Lewis L. Gould (2001) evidenciam que Theodore Roosevelt redefiniu a Presidência como centro ativo da liderança política nacional, ampliando a capacidade de iniciativa do Poder Executivo e reforçando o protagonismo internacional dos Estados Unidos. Quanto a Grover Cleveland, os estudos históricos ressaltam sua singularidade institucional como o único presidente, até Donald Trump, a exercer dois mandatos não consecutivos, bem como sua capacidade de reconstrução política após uma derrota eleitoral (GRAFF, 2002).

Apesar da consistência desses estudos individuais, observa-se que a literatura raramente estabelece um diálogo comparativo entre essas três presidências e o governo Trump. Em regra, McKinley, Roosevelt e Cleveland são estudados em seus próprios contextos históricos, enquanto Trump permanece predominantemente associado à tradição jacksoniana ou ao legado político de Ronald Reagan.

Essa constatação evidencia uma lacuna na produção acadêmica. A literatura dedica considerável atenção às referências históricas expressamente reivindicadas por Donald Trump, mas investiga com menor profundidade se suas políticas econômicas, comerciais, administrativas e institucionais apresentam convergências mais intensas com outras tradições presidenciais da história norte-americana.

É justamente nesse ponto que se insere o presente artigo.

A hipótese aqui desenvolvida sustenta que existe distinção entre os presidentes utilizados por Donald Trump como referências simbólicas de legitimação política e aqueles cujos modelos de governo apresentam maior convergência com sua prática administrativa. Assim, Andrew Jackson, Abraham Lincoln e Ronald Reagan ocupam posição central na construção discursiva e identitária do trumpismo. Em contrapartida, Grover Cleveland, William McKinley e Theodore Roosevelt revelam afinidades mais consistentes quando examinados aspectos como a concepção do Poder Executivo, o nacionalismo econômico, a política comercial, a reorganização administrativa do Estado e a afirmação do interesse nacional na política externa.

Não se pretende afirmar que Donald Trump reproduza qualquer dessas experiências presidenciais em sua integralidade. O objetivo consiste em demonstrar que a compreensão do trumpismo exige distinguir entre memória política e prática governamental. Enquanto a primeira se manifesta nas referências históricas mobilizadas pelo próprio Presidente, a segunda revela convergências institucionais e programáticas que aproximam seu governo de tradições presidenciais distintas daquelas habitualmente apontadas pela literatura.

É nesse sentido que o presente estudo propõe uma releitura da genealogia presidencial do trumpismo, sustentando que sua compreensão demanda a análise conjunta de seis presidentes norte-americanos: Andrew Jackson, Abraham Lincoln e Ronald Reagan, enquanto referências simbólicas explicitamente reivindicadas por Donald Trump; e Grover Cleveland, William McKinley e Theodore Roosevelt, enquanto paradigmas históricos cujas práticas de governo oferecem elementos relevantes para compreender a estrutura institucional e programática de sua Presidência.

2. AS REFERÊNCIAS SIMBÓLICAS DO TRUMPISMO

A compreensão das matrizes históricas do governo de Donald J. Trump exige distinguir dois planos analíticos distintos, embora complementares. O primeiro corresponde às referências presidenciais explicitamente reivindicadas pelo próprio Presidente na construção de sua identidade política e institucional. O segundo refere-se às tradições presidenciais efetivamente perceptíveis na formulação de suas políticas públicas e na condução do governo. Essa distinção constitui o eixo metodológico da presente pesquisa.

Ao longo da história constitucional dos Estados Unidos, diferentes presidentes recorreram à memória de seus antecessores para conferir legitimidade às suas agendas políticas, construir continuidade institucional e inserir seus governos em uma narrativa histórica de grandeza nacional. Donald Trump segue essa tradição. Em discursos oficiais, cerimônias de posse, declarações públicas e atos simbólicos, três presidentes são reiteradamente evocados como paradigmas de sua Presidência: Andrew Jackson, Abraham Lincoln e Ronald Reagan.

Essas referências cumprem importante função política. Elas estruturam a identidade pública do trumpismo, legitimam sua liderança perante o eleitorado republicano e inserem sua administração em uma narrativa de continuidade da história americana. Contudo, como se demonstrará no capítulo seguinte, a existência dessas

referências não implica, necessariamente, identidade programática ou convergência institucional entre essas administrações e o governo Trump.

2.1 Andrew Jackson: a legitimidade popular e a tradição soberanista

Entre todos os presidentes norte-americanos, Andrew Jackson (1767–1845), sétimo Presidente dos Estados Unidos, ocupa posição singular na construção simbólica do trumpismo. Desde a campanha presidencial de 2016, Donald Trump procurou estabelecer uma associação direta entre sua liderança e a figura de Jackson, apresentando-o como paradigma de um presidente oriundo de fora das elites políticas tradicionais, comprometido com a defesa do cidadão comum e disposto a enfrentar o establishment de Washington.

Essa identificação foi construída por meio de discursos e de atos institucionais de elevada carga simbólica. Poucos dias após tomar posse em janeiro de 2017, Trump determinou que o retrato de Andrew Jackson fosse colocado em posição de destaque no Salão Oval e realizou visita oficial ao Hermitage, residência histórica do ex-presidente, por ocasião das comemorações de seu aniversário (THE WHITE HOUSE, 2017a; TRUMP, 2017a). Em diversas oportunidades, referiu-se a Jackson como exemplo de coragem política, independência e firmeza diante das estruturas tradicionais de poder.

A literatura especializada reconhece que essa aproximação não constitui mero recurso retórico. Walter Russell Mead (2001; 2017), ao identificar as quatro grandes tradições permanentes da política externa norte-americana, descreve a tradição jacksoniana como fundada no nacionalismo popular, na valorização da honra nacional, na defesa da soberania, na desconfiança em relação às elites políticas e burocráticas e na convicção de que o governo deve representar prioritariamente os interesses da maioria produtiva da população. Robert V. Remini (1988; 2008) e Jon Meacham (2008) igualmente destacam que a Presidência de Jackson redefiniu a relação entre o Presidente e a sociedade, fortalecendo a legitimidade popular da instituição presidencial.

Sob essa perspectiva, a aproximação entre Trump e Jackson torna-se compreensível. Ambos constroem sua legitimidade política mediante a oposição entre o povo e o establishment, apresentando-se como líderes capazes de romper com estruturas consideradas distantes das necessidades da população. A crítica às elites políticas de Washington, a valorização do trabalhador americano e a defesa de uma liderança presidencial forte constituem elementos comuns às duas trajetórias políticas.

A tradição jacksoniana também apresenta importante dimensão internacional. Segundo Mead (2001; 2017), trata-se de uma concepção de política externa orientada prioritariamente pela proteção da soberania nacional, pela preservação da segurança do Estado, pela defesa dos interesses estratégicos dos Estados Unidos e pela disposição de utilizar todos os instrumentos do poder nacional quando esses interesses estejam ameaçados. Diferentemente da tradição wilsoniana, voltada à promoção universal da democracia, ou da tradição jeffersoniana, mais cautelosa em relação ao emprego do poder internacional, o jacksonianismo compreende a política externa como instrumento destinado, antes de tudo, à proteção da nação americana.

Diversos elementos da atuação internacional de Donald Trump dialogam diretamente com essa tradição. A doutrina **America First**, o fortalecimento do controle das fronteiras, a revisão das políticas migratórias, a exigência de maior reciprocidade nas alianças internacionais, a cobrança de maior participação financeira dos aliados na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), bem como a utilização de instrumentos econômicos e diplomáticos para proteger setores considerados estratégicos da economia nacional refletem uma concepção segundo a qual a atuação internacional deve estar permanentemente subordinada aos interesses nacionais dos Estados Unidos (TRUMP, 2017b; TRUMP, 2025).

Além da segurança territorial, essa lógica abrange a preservação da autonomia estratégica do país, a proteção das cadeias produtivas consideradas essenciais e a manutenção da liberdade de ação do Estado americano diante de competidores internacionais. Trata-se de uma visão profundamente vinculada à ideia de soberania nacional, característica central da tradição jacksoniana descrita por Mead.

Entretanto, justamente por essa aproximação ser significativa, seus limites tornam-se igualmente evidentes. O jacksonianismo explica de forma consistente a retórica de mobilização popular, a crítica ao establishment e parcela importante da concepção soberanista da política externa de Trump. Contudo, quando a análise se desloca para a política tarifária, para o nacionalismo econômico, para a reindustrialização da economia, para a utilização sistemática das tarifas alfandegárias como instrumento de política pública e para a reorganização administrativa do Poder Executivo, surgem convergências históricas que extrapolam significativamente o universo político de Andrew Jackson.

2.2 Abraham Lincoln: a legitimidade constitucional e a grandeza da União

Se Andrew Jackson oferece ao trumpismo a narrativa da legitimidade popular, Abraham Lincoln (1809–1865) representa sua principal referência de legitimidade constitucional e continuidade histórica da República.

Décimo sexto Presidente dos Estados Unidos, Lincoln consolidou-se na memória política americana como símbolo da preservação da União, da defesa da Constituição e da liderança presidencial exercida em circunstâncias extraordinárias. Sua atuação durante a Guerra Civil transformou sua figura em paradigma da unidade nacional e da capacidade da Presidência de conduzir o país diante de profundas crises institucionais (GOODWIN, 2005; WHITE JR., 2009).

Donald Trump faz reiteradas referências a Lincoln em discursos de posse, pronunciamentos oficiais e celebrações cívicas. Em seu discurso inaugural de 2017 e, novamente, em manifestações públicas durante seu segundo mandato, procurou apresentar sua administração como comprometida com a restauração da grandeza americana, da unidade nacional e da confiança dos cidadãos nas instituições da República (TRUMP, 2017b; TRUMP, 2025).

Mais do que reproduzir políticas específicas desenvolvidas por Lincoln, Trump apropria-se de sua dimensão histórica. Lincoln converte-se em símbolo da Presidência capaz de preservar a coesão nacional diante de um cenário de intensa polarização política. Ao invocá-lo, Trump procura inserir sua própria administração na tradição dos grandes presidentes que assumiram a responsabilidade de reconstruir a confiança da sociedade americana na força de suas instituições.

Também merece destaque a concepção de liderança presidencial. Conforme demonstram Goodwin (2005) e White Jr. (2009), Lincoln ampliou significativamente o protagonismo do Poder Executivo durante a Guerra Civil, assumindo responsabilidades excepcionais para preservar a União. Embora os contextos históricos sejam incomparáveis, Trump frequentemente apresenta sua Presidência como igualmente chamada a enfrentar desafios extraordinários que demandariam liderança firme, capacidade decisória e fortalecimento do Executivo.

Não se trata, evidentemente, de afirmar identidade histórica entre ambas as administrações. Ao contrário, os desafios políticos, econômicos e institucionais de cada período são profundamente distintos. A aproximação reside na utilização de Lincoln como símbolo da autoridade constitucional, da continuidade republicana e da capacidade da Presidência de liderar processos de reconstrução nacional.

2.3 Ronald Reagan: a continuidade do conservadorismo republicano

Ronald Reagan (1911–2004) representa a principal ponte entre Donald Trump e o conservadorismo republicano contemporâneo. Quadragésimo Presidente dos Estados Unidos, Reagan reorganizou a agenda política do Partido Republicano ao combinar defesa da economia de mercado, fortalecimento da segurança nacional, reafirmação do excepcionalismo americano e recuperação da confiança da sociedade na liderança dos Estados Unidos (CANNON, 2000; BRANDS, 2015; HEMMER, 2022).

A aproximação entre Trump e Reagan tornou-se particularmente visível pela recuperação do lema **Make America Great Again**, utilizado originalmente por Reagan durante sua campanha presidencial de 1980 e posteriormente transformado por Trump na principal expressão política de seu movimento. Mais do que um slogan eleitoral, o MAGA representa uma narrativa de recuperação da prosperidade econômica, do orgulho nacional e da liderança internacional americana.

A inspiração reaganiana, entretanto, não se limita à comunicação política. Reagan defendia uma economia mais livre, menor tributação e estímulo à iniciativa privada, mas jamais concebeu um Estado politicamente débil. Ao contrário, fortaleceu significativamente as capacidades militares dos Estados Unidos, ampliou sua projeção internacional e reafirmou a centralidade da Presidência como núcleo da liderança política nacional durante a etapa final da Guerra Fria (CANNON, 2000; BRANDS, 2015).

Sob esse aspecto, diversas iniciativas do governo Trump aproximam-se dessa tradição. O fortalecimento das Forças Armadas, a defesa da superioridade estratégica americana, a valorização da segurança nacional, o combate ao terrorismo, a proteção das fronteiras e a reafirmação do protagonismo internacional dos Estados Unidos refletem a compreensão de que a liderança global pressupõe um Estado capaz de exercer poder político, econômico e militar.

Ao mesmo tempo, Trump promove importante reinterpretação do legado reaganiano. Enquanto Reagan desenvolveu sua política em um contexto de expansão da globalização e fortalecimento das instituições multilaterais, Trump desloca o centro de gravidade do conservadorismo republicano para um nacionalismo econômico mais intenso. A reindustrialização dos Estados Unidos, a utilização das tarifas alfandegárias como instrumento permanente de política econômica, a revisão dos acordos comerciais e a proteção das cadeias produtivas nacionais conferem ao trumpismo características próprias, distintas daquelas observadas durante a Revolução Reagan.

Essa distinção é particularmente relevante para os objetivos desta pesquisa. Andrew Jackson oferece ao trumpismo a linguagem da mobilização popular e da soberania nacional; Abraham Lincoln fornece a narrativa da unidade constitucional e da grandeza da República; Ronald Reagan estabelece a continuidade com o conservadorismo republicano moderno e com a ideia de uma América forte, segura e protagonista no cenário internacional.

Todavia, quando o objeto da investigação deixa de ser a memória presidencial mobilizada por Donald Trump e passa a concentrar-se na estrutura das políticas públicas efetivamente implementadas, observa-se que outras tradições históricas oferecem convergências ainda mais consistentes. É precisamente essa mudança de perspectiva que orienta o próximo capítulo, dedicado às administrações de Grover Cleveland, William McKinley e Theodore Roosevelt, cujas concepções de governo, política econômica e liderança presidencial permitem compreender, de maneira mais profunda, a arquitetura institucional do trumpismo.

3 AS CONVERGÊNCIAS ESTRUTURAIS DO TRUMPISMO

O exame das referências presidenciais reivindicadas por Donald Trump demonstra que Andrew Jackson, Abraham Lincoln e Ronald Reagan ocupam posição central na construção simbólica do trumpismo. Essas figuras oferecem ao movimento político uma narrativa de legitimidade popular, continuidade constitucional e pertencimento à tradição conservadora republicana.

Entretanto, a compreensão integral do fenômeno Trump exige ultrapassar o plano da memória presidencial mobilizada pelo próprio Presidente e investigar as tradições históricas que apresentam maior convergência com sua prática governamental. A análise das políticas implementadas, dos discursos presidenciais e dos atos simbólicos desenvolvidos durante seus mandatos revela aproximações significativas com três administrações do final do século XIX e início do século XX: Grover Cleveland, William McKinley e Theodore Roosevelt.

Essa distinção metodológica é essencial. Enquanto Jackson, Lincoln e Reagan representam referências utilizadas por Donald Trump para construir uma identidade política e histórica, Cleveland, McKinley e Roosevelt oferecem modelos mais próximos dos elementos estruturantes do governo Trump: a reconstrução de uma coalizão política nacional, o fortalecimento do Poder Executivo, o nacionalismo econômico, a utilização

estratégica das tarifas comerciais, a valorização da soberania nacional e a afirmação do interesse americano como princípio ordenador das políticas públicas.

A hipótese desenvolvida neste capítulo não sustenta uma reprodução integral dessas presidências pelo governo Trump, tampouco pretende estabelecer uma relação linear de causalidade histórica entre administrações separadas por mais de um século. O objetivo é demonstrar que determinadas concepções de Estado, economia, política externa e liderança presidencial reaparecem no trumpismo contemporâneo com intensidade suficiente para justificar uma aproximação analítica.

A própria retórica presidencial reforça essa hipótese. Durante a campanha presidencial de 2024 e no início de seu segundo mandato, Donald Trump passou a mencionar William McKinley com frequência crescente, exaltando sua política tarifária e sua associação com a expansão industrial americana (TRUMP, 2024; TRUMP, 2025). Theodore Roosevelt é mobilizado como símbolo de liderança forte e projeção internacional do poder americano. Grover Cleveland, por sua vez, tornou-se referência inevitável por sua trajetória singular de retorno à Casa Branca após uma derrota eleitoral, fenômeno que não ocorria desde o final do século XIX.

A análise dessas três presidências permite compreender diferentes dimensões do trumpismo. Cleveland representa a dimensão institucional da restauração presidencial e da reconstrução de legitimidade política; McKinley expressa a dimensão econômica do nacionalismo produtivo e da política tarifária; Theodore Roosevelt simboliza a dimensão executiva e geopolítica do poder presidencial.

3.1 Grover Cleveland: o precedente institucional do retorno presidencial e a tradição hemisférica americana

Grover Cleveland (1837–1908), vigésimo segundo e vigésimo quarto Presidente dos Estados Unidos, ocupa posição singular na história constitucional americana por ter sido, até Donald Trump, o único chefe do Executivo a conquistar dois mandatos não consecutivos. Ele venceu a eleição presidencial de 1884, perdeu a disputa pela reeleição em 1888 para Benjamin Harrison e retornou à Casa Branca em 1892, assumindo novamente a Presidência em 1893.

A trajetória de Cleveland constitui o primeiro ponto de aproximação institucional com Donald Trump. A vitória de Trump em 2024 representou o retorno de um presidente derrotado após um intervalo eleitoral, fenômeno que não ocorria desde Cleveland. A dimensão simbólica desse retorno foi explorada pelo próprio Trump ao

apresentar sua vitória como uma restauração política e como a retomada de um projeto interrompido pelo ciclo governamental anterior (TRUMP, 2025).

A comparação, entretanto, ultrapassa o aspecto cronológico. A experiência de Cleveland revela a capacidade de um líder político reconstruir uma coalizão eleitoral após uma derrota e transformar a própria derrota em elemento constitutivo de uma narrativa de retorno nacional. Nesse sentido, tanto Cleveland quanto Trump apresentaram seus respectivos retornos ao poder como uma oportunidade histórica de correção de rumos e restauração de prioridades nacionais.

A literatura histórica destaca que Cleveland construiu sua identidade política a partir da crítica aos privilégios, da defesa da integridade administrativa e da oposição a interesses considerados excessivamente influentes sobre o Estado (GRAFF, 2002). Sua imagem pública estava associada à ideia de um presidente independente, comprometido com uma administração mais eficiente e menos capturada por grupos organizados.

Essa dimensão apresenta aproximações com a retórica política de Donald Trump. Ambos construíram parte significativa de sua legitimidade a partir da crítica ao establishment político e da promessa de devolver o governo aos interesses considerados legítimos da população nacional. A defesa de uma Presidência autônoma, capaz de enfrentar estruturas consolidadas de poder, constitui elemento recorrente nas duas experiências.

Contudo, a relevância de Cleveland para compreender o trumpismo não se limita à dimensão institucional. Sua Presidência também se insere em uma tradição mais ampla da política externa americana vinculada à defesa da primazia dos Estados Unidos no hemisfério ocidental.

Desde a formulação da Doutrina Monroe, em 1823, consolidou-se na política externa americana a ideia de que o continente americano constituía uma área de interesse estratégico prioritário dos Estados Unidos. Essa concepção foi posteriormente ampliada por interpretações mais assertivas, especialmente pelo chamado Corolário Polk, que reforçou a noção de que a expansão territorial e a preservação da influência americana no hemisfério estavam vinculadas à segurança nacional dos Estados Unidos.

Durante a administração Cleveland, essa tradição ganhou nova expressão no episódio da disputa fronteiriça entre Venezuela e Guiana Britânica, em 1895. Ao defender a aplicação da Doutrina Monroe contra uma possível intervenção britânica na região, Cleveland afirmou que os Estados Unidos possuíam responsabilidade especial sobre os

assuntos do hemisfério ocidental e não aceitariam alterações territoriais promovidas por potências europeias sem sua participação (GRAFF, 2002).

O episódio representou uma mudança importante na política externa americana: a passagem de uma postura predominantemente defensiva para uma concepção de liderança regional. Os Estados Unidos passaram a interpretar a estabilidade do hemisfério como extensão direta de sua própria segurança nacional.

Essa tradição apresenta pontos de contato com determinados elementos da política externa de Donald Trump. Embora inserido em contexto internacional distinto, Trump frequentemente apresenta a proteção do hemisfério ocidental, o controle estratégico de territórios e recursos e a redução da influência de potências rivais como componentes essenciais da segurança nacional americana.

As declarações envolvendo Groenlândia, Canal do Panamá, México, Canadá e Venezuela devem ser compreendidas dentro dessa tradição histórica de valorização do espaço hemisférico americano. Mais do que projetos clássicos de expansão territorial, tais manifestações expressam uma visão geopolítica segundo a qual os Estados Unidos devem preservar uma posição predominante em seu entorno estratégico.

Assim, Cleveland oferece duas chaves interpretativas para compreender o trumpismo: a primeira, institucional, relacionada ao retorno presidencial após uma derrota eleitoral; a segunda, geopolítica, vinculada à ideia de que a segurança americana depende da preservação de uma esfera estratégica de influência no hemisfério ocidental.

3.2 William McKinley: o nacionalismo econômico, a expansão americana e a política de poder

Se Grover Cleveland oferece a dimensão institucional da restauração presidencial e da tradição hemisférica americana, William McKinley (1843–1901) representa a principal referência histórica para compreender a dimensão econômica e expansionista do trumpismo contemporâneo.

Vigésimo quinto Presidente dos Estados Unidos, McKinley governou durante um período de profunda transformação econômica, no qual os Estados Unidos consolidavam sua passagem de potência continental para potência industrial global. Sua visão de governo estava fundada na convicção de que o fortalecimento econômico nacional dependia da proteção da indústria doméstica e da utilização estratégica das tarifas alfandegárias.

A política tarifária de McKinley não possuía natureza meramente arrecadatória. Conforme demonstra Robert W. Merry (2017), as tarifas constituíam instrumento de desenvolvimento nacional, destinado a proteger setores industriais emergentes, preservar empregos americanos e ampliar a capacidade produtiva dos Estados Unidos. O comércio internacional deveria estar subordinado aos interesses estratégicos da economia nacional.

Essa concepção aproxima-se diretamente da política econômica defendida por Donald Trump. Desde sua campanha presidencial de 2016 e, de forma mais intensa, durante seu segundo mandato, Trump passou a apresentar as tarifas como instrumento de reconstrução industrial, proteção da produção doméstica e redução da dependência econômica externa (TRUMP, 2024; TRUMP, 2025).

A referência explícita a McKinley no discurso de posse de 2025 demonstra que essa aproximação possui dimensão consciente. Trump apresentou o antigo presidente como exemplo histórico de uma política econômica capaz de gerar prosperidade nacional mediante a proteção da indústria americana (TRUMP, 2025).

Entretanto, a importância de McKinley ultrapassa a política tarifária. Sua Presidência marcou uma transformação decisiva na posição internacional dos Estados Unidos. A combinação entre crescimento industrial, nacionalismo econômico e fortalecimento militar permitiu que o país assumisse papel mais assertivo no cenário internacional.

Essa transformação alcançou seu ponto culminante durante a Guerra Hispano-Americana de 1898. O conflito representou um momento decisivo na história americana, consolidando a passagem dos Estados Unidos de potência continental para potência com projeção global.

A vitória sobre a Espanha resultou na incorporação de Porto Rico, Guam e Filipinas ao domínio americano, além do fortalecimento da influência dos Estados Unidos sobre Cuba. A guerra expressou uma releitura prática da tradição da Doutrina Monroe, combinada com elementos do destino manifesto e da crença na responsabilidade americana de exercer liderança no hemisfério e além dele (MERRY, 2017; ZAKARIA, 1998).

A Presidência McKinley demonstrou, assim, a profunda conexão entre economia e poder internacional. A prosperidade interna, a capacidade industrial e a projeção externa passaram a ser compreendidas como dimensões inseparáveis da grandeza nacional americana.

Essa conexão apresenta grande relevância para interpretar determinados elementos do discurso de Donald Trump. A recuperação simbólica de McKinley durante seu segundo mandato não ocorre apenas em razão de sua política tarifária, mas também por representar um período histórico em que força econômica, soberania nacional e expansão da influência americana estavam integradas em um mesmo projeto político.

Nesse contexto insere-se a decisão de Trump de restabelecer oficialmente a denominação histórica **Mount McKinley** para a montanha anteriormente conhecida como Denali. O gesto possui clara dimensão simbólica: recuperar a memória de um presidente associado, em sua narrativa política, à prosperidade, ao nacionalismo econômico e à afirmação do poder americano (TRUMP, 2025).

Da mesma forma, a proposta de denominar oficialmente o **Golfo do México** como **Golfo da América** insere-se em uma estratégia simbólica de reafirmação da identidade nacional e da centralidade americana no hemisfério ocidental. Independentemente das controvérsias diplomáticas decorrentes da alteração nominal, o ato revela uma concepção política segundo a qual espaços geográficos estratégicos estão associados à soberania e ao interesse nacional americano.

As declarações de Trump sobre Groenlândia, Canadá, México e Venezuela também dialogam com essa tradição. Elas expressam uma visão geopolítica segundo a qual os Estados Unidos devem preservar capacidade de influência sobre regiões consideradas fundamentais para sua segurança econômica e estratégica.

A aproximação entre McKinley e Trump, portanto, não se limita ao campo tarifário. Ela envolve uma concepção mais ampla de poder nacional, na qual economia, território, soberania e projeção internacional constituem elementos inseparáveis.

3.3 Theodore Roosevelt: o Executivo forte, a Presidência guerreira e a política do poder nacional

Se William McKinley representa a consolidação do nacionalismo econômico e da transformação dos Estados Unidos em potência industrial e internacional, Theodore Roosevelt (1858–1919) simboliza a dimensão política e institucional dessa nova era americana.

Sua Presidência representa a afirmação de um Executivo forte, uma nova concepção de liderança presidencial e a utilização do poder estatal como instrumento de transformação interna e projeção internacional.

Roosevelt não rompeu com a tradição inaugurada por McKinley; ao contrário, aprofundou suas consequências. A expansão econômica, a afirmação internacional e o crescimento do poder americano iniciados durante a administração McKinley encontraram em Roosevelt uma liderança disposta a utilizar de forma mais intensa a autoridade presidencial para reorganizar a sociedade americana e afirmar os interesses nacionais.

Theodore Roosevelt inaugurou aquilo que muitos historiadores identificam como a moderna Presidência americana. Ao contrário da visão mais limitada do Executivo predominante no século XIX, Roosevelt compreendia o Presidente como representante direto da vontade popular e como agente responsável por intervir quando interesses privados ou estruturas econômicas ameaçassem o equilíbrio nacional (BRANDS, 1997; DALLEK, 2007).

Sua atuação promoveu uma ampliação significativa do papel presidencial. O combate aos monopólios, a regulação econômica, a mediação de conflitos sociais e o fortalecimento do Estado como árbitro das relações entre capital e trabalho demonstravam uma concepção segundo a qual o governo federal deveria possuir capacidade suficiente para preservar o interesse público.

Essa dimensão apresenta forte aproximação com Donald Trump. Embora em contextos históricos distintos, ambos compartilham uma compreensão de Presidência como instrumento de transformação nacional, e não apenas como administração rotineira das instituições existentes.

A imagem pública de Roosevelt também constitui elemento central dessa aproximação. Sua trajetória militar, especialmente sua participação na Guerra Hispano-Americana como comandante dos *Rough Riders*, consolidou a figura do presidente guerreiro, associado à coragem, à energia política e à disposição para o enfrentamento.

Essa representação do líder forte encontra paralelo na construção simbólica de Donald Trump. O trumpismo apresenta o Presidente como figura de resistência, confronto e defesa nacional, estabelecendo uma relação direta entre liderança pessoal e capacidade de enfrentar adversários internos e externos.

A polarização política também constitui elemento relevante. Roosevelt frequentemente estabelecia uma divisão entre aqueles comprometidos com o interesse público e aqueles associados a privilégios econômicos excessivos. Trump, em outro contexto histórico, constrói narrativa semelhante ao opor o povo americano ao establishment político, burocrático e cultural.

Essa aproximação deve ser compreendida com cautela. Roosevelt não representou uma ruptura constitucional; sua ruptura foi política e institucional no sentido de transformar o papel da Presidência dentro da própria ordem constitucional americana. Ele rompeu com o modelo de Executivo passivo e inaugurou uma concepção de liderança presidencial mais ativa e expansiva.

É precisamente essa dimensão que apresenta maior proximidade com Donald Trump: a ideia de que a Presidência possui legitimidade democrática para utilizar plenamente os instrumentos do Estado na defesa de um projeto nacional.

Na política externa, Roosevelt aprofundou a tradição iniciada por McKinley. Sua doutrina do **“big stick”** expressava a compreensão de que os Estados Unidos deveriam combinar diplomacia e poder material para defender seus interesses estratégicos. A construção do Canal do Panamá, a mediação do conflito russo-japonês e a afirmação da influência americana no Caribe demonstram uma política externa baseada na capacidade de projeção do poder nacional (BRANDS, 1997).

Essa concepção dialoga com aspectos da política externa de Donald Trump: a valorização da superioridade militar, a utilização do poder econômico como instrumento diplomático, a pressão sobre aliados e adversários e a defesa de uma posição internacional americana baseada em força e capacidade de negociação.

A tríade Cleveland–McKinley–Roosevelt permite, portanto, compreender diferentes dimensões estruturantes do trumpismo. Cleveland oferece o precedente institucional do retorno presidencial e da restauração política; McKinley fornece a matriz econômica do nacionalismo produtivo e da projeção internacional associada ao poder industrial; Roosevelt representa a transformação da Presidência em instrumento ativo de liderança nacional e internacional.

A análise conjunta dessas três tradições revela que o trumpismo não constitui apenas uma reação política contemporânea, mas também uma reinterpretação de elementos históricos profundamente enraizados na experiência presidencial americana: a valorização da soberania nacional, a centralidade do Executivo, a defesa da capacidade produtiva interna e a crença de que a grandeza americana depende de uma liderança presidencial forte e assertiva.

4 A SÍNTESE DO TRUMPISMO: ENTRE A MEMÓRIA PRESIDENCIAL E A TRADIÇÃO DE PODER AMERICANO

A análise das referências presidenciais associadas a Donald Trump revela que o trumpismo não pode ser compreendido a partir de uma única matriz histórica. Sua formação política resulta da convergência entre diferentes tradições presidenciais americanas, algumas mobilizadas no campo simbólico e discursivo, outras identificáveis na estrutura concreta de suas políticas públicas e de sua concepção de exercício do poder.

Essa dupla dimensão é fundamental para compreender a singularidade do fenômeno Trump. De um lado, o Presidente constrói sua identidade política a partir de referências históricas cuidadosamente selecionadas: Andrew Jackson, Abraham Lincoln e Ronald Reagan aparecem como símbolos de legitimidade, grandeza nacional e continuidade da tradição republicana. De outro, a análise de suas práticas governamentais demonstra maior proximidade com as experiências presidenciais de Grover Cleveland, William McKinley e Theodore Roosevelt.

O trumpismo, portanto, apresenta uma dupla genealogia presidencial. A primeira corresponde à tradição reivindicada; a segunda, à tradição praticada.

Enquanto Jackson, Lincoln e Reagan fornecem elementos narrativos para a construção da identidade política de Trump, Cleveland, McKinley e Theodore Roosevelt oferecem chaves interpretativas para compreender sua concepção de Estado, economia, soberania e liderança internacional.

4.1 A dupla genealogia presidencial de Donald Trump

A primeira dimensão do trumpismo encontra-se na apropriação simbólica de três grandes referências presidenciais da história americana: Andrew Jackson, Abraham Lincoln e Ronald Reagan.

A influência jacksoniana manifesta-se principalmente na construção da figura do líder político outsider, apresentado como representante direto do cidadão comum contra elites políticas, econômicas e culturais consideradas distantes dos interesses populares. Assim como Jackson construiu sua trajetória política no século XIX a partir da crítica aos privilégios das elites estabelecidas, Trump desenvolveu sua identidade eleitoral a partir da oposição ao establishment de Washington e da promessa de devolver o governo ao “povo americano”.

Essa tradição também se manifesta na política externa. A defesa da soberania nacional, o controle estratégico do espaço americano e a prioridade dos interesses nacionais sobre compromissos internacionais excessivos dialogam com uma interpretação jacksoniana da política externa, marcada pela valorização da autonomia

nacional e pela disposição de utilizar a força quando considerada necessária à proteção dos interesses americanos (MEAD, 2001).

Abraham Lincoln ocupa outro espaço simbólico relevante. Sua presença nos discursos de posse e nas manifestações públicas de Trump está associada à ideia de grandeza histórica presidencial. Lincoln representa, na memória política americana, o líder que enfrentou uma crise nacional profunda e preservou a unidade da República.

A aproximação com Lincoln não decorre de identidade programática, mas da tentativa de inserir a própria Presidência em uma narrativa histórica de reconstrução nacional. Ao apresentar seus mandatos como momentos de recuperação da grandeza americana, Trump aproxima-se da tradição lincolniana de compreender a Presidência como instrumento de preservação e renovação do projeto nacional.

Ronald Reagan, por sua vez, representa a principal referência do conservadorismo republicano moderno. A recuperação do slogan “Make America Great Again”, originalmente associado ao imaginário de reconstrução nacional da política conservadora americana, demonstra a influência reaganiana sobre a comunicação política de Trump.

A aproximação com Reagan envolve elementos como valorização da força militar, defesa do protagonismo americano no mundo, crítica ao excesso de burocracia estatal e afirmação de valores conservadores. Entretanto, Trump promove uma releitura dessa tradição. Enquanto Reagan combinava conservadorismo econômico com defesa da abertura internacional e do livre mercado, Trump acrescenta uma dimensão nacionalista econômica, marcada pela proteção industrial, pelo uso estratégico das tarifas e pela crítica à globalização.

Assim, Jackson, Lincoln e Reagan representam a linguagem histórica por meio da qual Trump comunica seu projeto político. Eles oferecem símbolos de legitimidade, identidade e continuidade.

Contudo, quando se observa a estrutura efetiva de governo, emergem outras referências presidenciais.

4.2 O nacionalismo americano como elemento de continuidade histórica

A compreensão do trumpismo exige reconhecer que suas principais características não surgem isoladamente no século XXI. Elas dialogam com tradições profundamente enraizadas na experiência histórica americana: o excepcionalismo

nacional, a defesa da soberania econômica, a valorização da capacidade industrial e a crença na responsabilidade dos Estados Unidos em exercer influência internacional.

A expressão “America First”, frequentemente associada ao governo Trump, deve ser analisada dentro dessa tradição. Embora possa assumir interpretações distintas — incluindo uma perspectiva mais restritiva ou nacionalista —, historicamente a expressão também se relaciona à ideia de que os interesses americanos devem ocupar posição central na formulação das políticas públicas.

Nesse sentido, o trumpismo recupera uma concepção de poder nacional na qual economia e segurança são dimensões inseparáveis. A proteção da indústria doméstica, o controle das cadeias produtivas estratégicas, a autonomia energética e a superioridade militar aparecem como elementos complementares de uma mesma visão de soberania.

Essa concepção aproxima Trump especialmente da tradição inaugurada por William McKinley e aprofundada por Theodore Roosevelt. A economia nacional não é compreendida apenas como espaço de livre interação privada, mas como instrumento estratégico de fortalecimento do Estado e da posição internacional americana.

Como observa Walter McDougall (1997), a história americana apresenta uma transformação gradual de uma potência inicialmente preocupada com sua consolidação continental para uma potência global, capaz de combinar recursos econômicos, militares e diplomáticos na defesa de seus interesses.

Nesse processo, o nacionalismo econômico e a projeção internacional não aparecem como elementos contraditórios. Ao contrário, constituem dimensões complementares de uma estratégia de poder.

4.3 A Presidência forte e a expansão do poder executivo

Um dos elementos centrais da aproximação entre Trump e a tradição presidencial do início do século XX encontra-se na concepção de um Executivo forte.

Theodore Roosevelt desempenha papel fundamental nessa transformação histórica. Sua Presidência rompeu com o modelo tradicional de Executivo limitado e consolidou a ideia de que o Presidente poderia atuar como principal agente político de transformação nacional.

Essa tendência posteriormente seria aprofundada por outros presidentes, especialmente Franklin Roosevelt durante o New Deal, e analisada por Arthur

Schlesinger Jr. na obra *The Imperial Presidency* (1973), ao examinar o crescimento da autoridade presidencial americana ao longo do século XX.

O trumpismo insere-se nessa trajetória ao defender uma Presidência altamente personalizada, com ampla utilização dos instrumentos executivos para implementar mudanças políticas. O fortalecimento da autoridade presidencial, a reorganização administrativa, a utilização de ordens executivas e a confrontação com instituições consideradas resistentes ao projeto político presidencial revelam uma concepção semelhante de liderança executiva.

Essa característica também explica a dimensão populista do trumpismo. O populismo presidencial não necessariamente implica redução da capacidade estatal; ao contrário, frequentemente representa a defesa de um Estado mais forte, porém subordinado à liderança identificada diretamente com a vontade popular.

Como demonstram Jan-Werner Müller (2016) e Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser (2017), o populismo moderno tende a construir uma oposição entre um povo concebido como unidade política legítima e instituições intermediárias vistas como obstáculos à realização dessa vontade.

Nesse aspecto, Trump aproxima-se de uma tradição presidencial americana na qual o líder nacional reivindica uma relação direta com o eleitorado e apresenta sua autoridade como expressão imediata da soberania popular.

4.4 O paradoxo do trumpismo: populismo e poder nacional

Uma das principais características do trumpismo é justamente o aparente paradoxo entre sua retórica populista e sua defesa de um Estado forte.

Embora frequentemente associado ao discurso de redução da burocracia e crítica às elites governamentais, Trump não propõe um Estado mínimo. Sua concepção política envolve uma utilização intensa do Estado em áreas consideradas estratégicas: comércio, imigração, defesa, energia e indústria.

Esse aspecto aproxima o trumpismo da tradição nacionalista americana, na qual o Estado não é visto como adversário do desenvolvimento econômico, mas como instrumento necessário para proteger e ampliar a capacidade nacional.

O elemento central não é a dimensão do Estado, mas sua direção política. O problema, na visão trumpista, não seria a existência de um Estado forte, mas um Estado considerado capturado por interesses contrários à prioridade nacional.

Essa característica reforça a aproximação com Cleveland, McKinley e Roosevelt. Nos três casos históricos analisados, a Presidência aparece como instrumento de reorganização nacional diante de crises percebidas: Cleveland diante da necessidade de restauração política; McKinley diante da transformação industrial americana; Roosevelt diante dos conflitos gerados pelo capitalismo industrial.

O trumpismo recupera essa mesma lógica de excepcionalidade histórica: a ideia de que o país atravessa um momento de crise que exige uma liderança presidencial capaz de promover uma reconstrução nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender Donald Trump pelo passado significa reconhecer que o trumpismo não constitui um fenômeno isolado da história política americana. Sua formação resulta da combinação de diferentes tradições presidenciais que atravessam dois séculos de construção do poder nacional dos Estados Unidos.

A análise demonstra a existência de uma dupla genealogia.

No plano simbólico, Trump reivindica Andrew Jackson, Abraham Lincoln e Ronald Reagan. Jackson oferece a linguagem do outsider e da oposição às elites; Lincoln fornece a imagem da liderança presidencial em momentos de crise nacional; Reagan representa a tradição conservadora moderna e o imaginário de recuperação da grandeza americana.

Entretanto, no plano estrutural, a prática governamental de Trump aproxima-se mais intensamente de Grover Cleveland, William McKinley e Theodore Roosevelt.

Cleveland fornece o precedente institucional do retorno presidencial e a valorização do hemisfério americano como espaço estratégico de interesse nacional. McKinley oferece a matriz do nacionalismo econômico, das tarifas como instrumento de poder e da associação entre indústria, soberania e projeção internacional. Theodore Roosevelt representa a concepção de um Executivo forte, personalizado e orientado pela afirmação do poder nacional.

O trumpismo, portanto, não deve ser interpretado apenas como uma ruptura com a tradição presidencial americana. Ele representa uma recomposição seletiva de elementos históricos dessa tradição, adaptados às condições políticas, econômicas e culturais do século XXI.

Sua originalidade está justamente na combinação dessas diferentes heranças: o populismo jacksoniano, a simbologia nacional de Lincoln, o conservadorismo

reaganiano e, simultaneamente, o nacionalismo econômico de McKinley e a Presidência assertiva de Theodore Roosevelt.

Compreender Trump exige, portanto, compreender a própria evolução da Presidência americana. O trumpismo é, ao mesmo tempo, uma resposta contemporânea às transformações do mundo globalizado e uma releitura de antigas concepções americanas sobre povo, Estado, soberania e poder nacional.

NOTA: As opiniões de nossos membros e autores não representam necessariamente a opinião institucional do SAGRES.

REFERÊNCIAS

BRANDS, H. W. *TR: The Last Romantic*. New York: Basic Books, 1997.

DALLEK, Robert. *The American Presidency: An Intellectual History*. New York: HarperCollins, 2007.

GRAFF, Henry F. *The Presidents: A Reference History*. 3. ed. New York: Charles Scribner's Sons, 2002.

KAGAN, Robert. *Dangerous Nation: America's Place in the World from Its Earliest Days to the Dawn of the Twentieth Century*. New York: Alfred A. Knopf, 2006.

McDOUGALL, Walter A. *Promised Land, Crusader State: The American Encounter with the World Since 1776*. Boston: Houghton Mifflin, 1997.

MEAD, Walter Russell. *Special Providence: American Foreign Policy and How It Changed the World*. New York: Alfred A. Knopf, 2001.

MERRY, Robert W. *President McKinley: Architect of the American Century*. New York: Simon & Schuster, 2017.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MÜLLER, Jan-Werner. *What Is Populism?*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

SCHLESINGER JR., Arthur M. *The Imperial Presidency*. Boston: Houghton Mifflin, 1973.

ZAKARIA, Fareed. *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

Fontes primárias

TRUMP, Donald J. *Inaugural Address*. Washington, D.C.: The White House, 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

TRUMP, Donald J. *Remarks, speeches and statements of the President*. Washington, D.C.: The White House, 2017–2021. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

TRUMP, Donald J. *Remarks, speeches and official statements of the President*. Washington, D.C.: The White House, 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

UNITED STATES OF AMERICA. *The White House: Presidential Actions, Executive Orders and Official Statements*. Washington, D.C.: Executive Office of the President. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/>. Acesso em: 27 jul. 2026.